

Sobre a selecção de modo em orações completivas*

RUI MARQUES
(Universidade de Lisboa)

1. Introdução

Uma questão largamente debatida, sobretudo no que respeita às línguas românicas, é a de saber quais os factores responsáveis pela selecção de modo, particularmente em orações completivas de verbo. A discussão sobre este assunto tem-se centrado na tentativa de identificação de valores próprios do conjuntivo, por oposição ao indicativo, tradicionalmente considerado como o modo não marcado, isto é, no dizer de Epiphânio da Silva Dias, o modo que se emprega «em todas as orações para as quais não haja regra que exija outro modo» (p. 120).

Não obstante esta longa tradição de reflexão, não parece ser ainda clara a regra que leva à selecção de um ou outro modo, como se pode verificar pela observação da maioria das análises disponíveis na literatura, as quais, pondo de parte diferenças obviamente existentes entre si, se podem agrupar em três propostas, que seguidamente se sintetizam.

2. Análise da selecção de modo em orações completivas: estado da questão

No levantamento das análises da selecção de modo, serão tidas em conta apenas aquelas que se baseiam em factores semânticos. Um argumento em favor da ideia de que é a semântica a área da gramática responsável pela selecção de modo releva do clássico contraste ilustrado em (1):

- (1) a. Ele procura um livro que fale desse assunto.
- b. Ele procura um livro que fala desse assunto.

* A apresentação desta comunicação foi financiada pela JNICT, no âmbito do projecto "Representação Semântica e Inferência II - Tempo e Conexões Discursivas" (projecto nº PCSH/C/LIN/936/95).

Observe-se que, embora as frases sejam sintacticamente idênticas, tendo como única diferença a presença do conjuntivo na primeira e do indicativo na segunda, têm uma interpretação diferente. De facto, apenas a frase (1b) permite inferir que o livro em questão existe. Observa-se, assim, que existe uma relação entre a selecção de modo e a interpretação das frases, como, aliás, tem sido assumido pela generalidade dos autores que se debruçaram sobre este tema.

2.1. A hipótese da *asserção* / *não asserção*

De acordo com uma hipótese defendida por Klein (1974 e 1990), Hooper (1975), Bybee e Terrell (1990), entre outros, o conjuntivo é seleccionado em enunciados não assertivos, reservando-se o indicativo para a asserção. Explicar-se-ia, assim, o facto de o indicativo ser usado em frases declarativas e em complemento de verbos de afirmação (como *dizer*), sendo o conjuntivo seleccionado em enunciados que expressam *ordem* (c.f. frase 2), *desejo* (c.f. frase 3), *dúvida* (c.f. frase 4) *incerteza* (c.f. frase 5) e outros enunciados não assertivos:

- (2) a. Saiam!
- b. Ordeno que saiam!
- (3) Ele quer que lhe escrevas.
- (4) Duvido que ele chegue a tempo.
- (5) É possível que ele chegue a tempo.

Da mesma forma se explicaria a selecção do indicativo em orações causais (c.f. frase 6) e do conjuntivo em orações finais (c.f. frase 7), já que apenas no primeiro caso existe uma asserção:

- (6) Ele saiu do país porque foi pressionado.
- (7) Ele saiu do país para que os nazis não o apanhassem.

Por último, esta hipótese daria conta da selecção do conjuntivo por certos verbos factivos, como *lamentar* (c.f. frase 8), em virtude de em frases com esse tipo de verbos, o complemento não ser afirmado, antes se opinando sobre o mesmo:

- (8) Ele lamenta que a Ana tenha reprovado.

Embora vários autores reconheçam um fundo de verdade nesta análise do modo, questionam-se sobre o conceito semântico subjacente aos termos *asserção* e *não asserção*. Por outro lado, como refere Palmer (1986), uma análise que baseie a selecção do modo na dicotomia em causa não explica a selecção do indicativo em frases interrogativas, enunciados não assertivos, tal como não explica a selecção deste modo por parte de verbos como *prometer*, relacionados com actos de fala compromissivos, cabendo ainda perguntar se verbos como *saber* ou *descobrir*, regentes de indicativo, estão relacionados com a asserção.

2.2. A hipótese dos graus de crença

Uma outra hipótese largamente discutida na literatura relaciona a selecção de modo com o grau de crença veiculado. De acordo com os defensores desta hipótese, o indicativo é usado quando é indicado um elevado grau de crença na

verdade da proposição, sendo seleccionado o conjuntivo quando o grau de crença for nulo ou fraco. Explicar-se-ia, assim, a selecção do indicativo quer em frases declarativas (em que o enunciador expressa a sua crença na proposição que asserer) quer a sua selecção por parte de verbos como *saber* e *pensar* (c.f. frases 9 e 10):

- (9) O Paulo sabe que ele *saiu* do país.
 (10) O Paulo pensa que ele *saiu* do país.

Por outro lado, tal proposta explicaria a selecção do conjuntivo por parte de verbos e expressões como as indicadas em (2) - (5), acima, já que em nenhum desses casos, é expresso um grau positivo de crença.

Todavia, esta análise tem como obstáculo o facto de existir um elevado número de verbos, tais como *lamentar*, *perdoar* e vários outros, que seleccionam exclusivamente conjuntivo, quando a proposta prevê que seleccionem indicativo, visto a sua proposição complemento ser tida como verdadeira. O mesmo problema é partilhado por outras análises que seguidamente se sintetizam.

2.3. A hipótese da veridicalidade

Não muito diferente da hipótese dos graus de crença é a análise de Farkas (1992) sobre o indicativo e o conjuntivo em romeno. Assume a autora que o indicativo é seleccionado para os casos em que a proposição é tida como verdadeira por alguma entidade, sendo o conjuntivo seleccionado nos restantes casos. O mesmo é defendido por Giannakidou (1994), que, baseando-se em dados do grego moderno, defende que o conjuntivo é seleccionado pelos operadores não-verídicos, isto é, operadores que não permitem inferir que a proposição que introduzem é tida como verdadeira por alguma entidade.

Estas propostas recuperam, assim, a ideia presente nas gramáticas tradicionais de que o conjuntivo é o modo do *irreal*, *hipotético* ou noções associadas, por oposição ao indicativo, modo da realidade. A mesma visão se encontra na tradição gramatical francesa, que, na esteira de Guillaume (1929), defende que o conjuntivo está associado a um valor de *virtualidade* e o indicativo à expressão da realidade, hipótese defendida também por autores que trabalharam dados do português, como Fonseca (1970) ou Pottier *et al.* (1972).

Todas estas propostas, a que se pode ainda acrescentar a análise de Faria (1974), assumem, portanto, uma relação entre a selecção do conjuntivo e o facto de a proposição não ser tida como verdadeira. Assim, deparam com o já citado problema de explicar a selecção do conjuntivo por parte de um grupo considerável de verbos factivos, de que *lamentar* é o exemplo clássico.

Tal dificuldade parece-me inultrapassável por qualquer teoria que assumira uma relação entre selecção de modo e verdade da frase, já que no conjunto de verbos que seleccionam conjuntivo há um grupo que não permite inferir que a sua proposição complemento é tida como verdadeira (caso dos verbos *querer*, *duvidar*, *femer* e vários outros), mas há também um grupo que permite inferir o oposto (como é o caso de verbos como *lamentar*, *perdoar*, *surpreender* e vários outros). Penso, assim, que será erróneo tentar estabelecer uma correspondência entre a selecção do indicativo ou do conjuntivo e o valor de verdade da proposição em causa.

3. Para uma hipótese de explicação

Nesta comunicação, defenderei uma hipótese alternativa, assumindo que o modo é uma expressão da modalidade, estando a selecção de modo em orações completivas relacionada com o tipo de atitude a que está associado o verbo matriz.

Para tal, partirei da consideração dos verbos factivos, alargando posteriormente a análise aos outros verbos de complementação frásica.

3.1. Selecção de modo por verbos factivos

A classe de verbos factivos foi definida por Karttunen (1971) como sendo constituída por aqueles cujo complemento é tido como verdadeiro independentemente do valor de verdade da frase matriz; isto é, os verbos para os quais são válidas as seguintes inferências (V representa o verbo matriz e p a sua proposição complemento; os símbolos \neg e \rightarrow correspondem, respectivamente, aos conectores lógicos *negação* e *implicação*):

- (11). a. $V(p) \rightarrow p$
 b. $\neg V(p) \rightarrow p$

Em português, tal como nas restantes línguas românicas ocidentais, um grupo de verbos factivos rege indicativo, enquanto um outro grupo rege conjuntivo. As listas (12) e (13) contêm exemplos, respectivamente, do primeiro e do segundo casos:

- (12) *adivinhar, antever, aperceber-se, constatar, descobrir, ignorar, notar, observar, reconhecer, reparar, saber, testemunhar, ver, verificar*
- (13) *aborrecer, admirar, apreciar, atrapalhar, assustar, censurar, chatear, chocar, comover, envergonhar, espantar, estranhar, gostar, incomodar, lamentar, lastimar, originar, perdoar, preocupar, revoltar, surpreender, transtornar*

Podemos observar que, embora todos os verbos factivos pressuponham a verdade da sua proposição complemento, aqueles que seleccionam indicativo estão associados à expressão de uma atitude de conhecimento, valor de modalidade epistémica, enquanto os que seleccionam conjuntivo estão associados à expressão da avaliação de um facto assumido, veiculando, portanto, valores de modalidade avaliativa.

Verificamos, assim, no que respeita à selecção de modo por parte dos verbos factivos, que o indicativo marca um valor de modalidade epistémica, enquanto o conjuntivo está associado à modalidade avaliativa.

3.2. Selecção de modo por verbos não factivos

Deslocando, agora a atenção para os verbos não factivos (ou seja, aqueles que não validam as inferências expressas em (11)), se considerarmos os que regem conjuntivo (uma lista dos quais, obviamente não exaustiva, é dada em 14), veri-

ficamos que não existe um traço comum a todos eles, no que diz respeito a uma possível tipologia de atitude:

- (14) *aconselhar, aguardar, ansiar, apetecer, autorizar, bastar, causar, consentir, convir, duvidar, esperar, evitar, exigir, impedir, implicar, mandar, motivar, negar, ordenar, originar, pedir, permitir, preferir, pretender, procurar, proibir, querer, recear, recomendar, requerer, rogar, solicitar, sugerir, suplicar, temer, tentar, urgir*

De facto, encontramos verbos que se reportam a atitudes do foro da modalidade deôntica (como sejam, os verbos *mandar, proibir, permitir* e outros), verbos relacionados com atitudes erotéticas (caso dos verbos *querer* e *esperar*), verbos relacionados com o domínio da crença (caso do verbo *duvidar*) e verbos relacionados com outras atitudes.

Já se atentarmos nos verbos não factivos regentes de indicativo (listados em 15), parece existir um traço comum a todos eles.

- (15) a. *achar, concluir, considerar, inferir ...*
 b. *fingir, sonhar ...*
 c. *afirmar, anotar, anunciar, apregoar, asserir, assinalar, avisar, clamar, confessar, confirmar, dizer, esclarecer, explicar, frisar, garantir, indicar, informar, jurar, lembrar, mencionar, murmurar, objectar, proclamar, reclamar, recordar, referir, replicar, responder, revelar, teimar ...*
 d. *ameaçar, combinar, concordar, decidir, deliberar, estabelecer, prometer ...*

Na verdade, penso poder dizer-se que todos os verbos (não factivos) regentes de indicativo estão associados à expressão de uma atitude de crença, permitindo inferir que a sua proposição complemento é tida como verdadeira pelo sujeito da frase matriz. Tal é claramente o caso de verbos relacionados com o domínio da crença, tais como *achar, concluir, considerar, inferir* e outros.

Quanto a verbos como *fingir* e *sonhar*, como observa Farkas (*op. cit.*), embora não permitam inferir que a sua proposição complemento é tida como verdadeira no mundo real por alguma entidade, eles têm a propriedade de criar um mundo possível no qual essa verdade é assumida. Como tal, também eles estão associados à expressão da crença, embora tal atitude se reporte a um mundo possível diferente do que modela a realidade.

Um outro grupo de verbos não factivos que rege indicativo é o dos verbos declarativos (como os indicados em (15c)), que referem um acto assertivo cujo agente é o sujeito da frase matriz. Na perspectiva das teorias semânticas dinâmicas, a asserção é relacionada com o conceito de *common ground*, expressão que designa um conjunto de proposições tidas como verdadeiras pelos participantes numa interacção discursiva. Quando um dos participantes faz uma asserção, esta é tratada como uma nova proposição a ser adicionada ao *common ground* existente, nos seguintes termos: o agente da asserção compromete-se com a verdade da proposição que asseire (assumindo, é claro, uma teoria de actos de fala),

proposição essa que, ao ser aceite pelos interlocutores, passa a integrar o *common ground*. De acordo com esta proposta, a asserção envolve, por conseguinte, um compromisso com a verdade do conteúdo proposicional asserido, ou seja, a crença nesse conteúdo proposicional.

No que respeita aos verbos declarativos, descrevendo estes uma asserção cujo agente é o sujeito da frase matriz, permitem inferir que tal entidade se compromete com a verdade da sua proposição complemento, pelo que se pode concluir que também estes verbos estão associados à expressão de uma atitude de crença.

Repare-se que o único verbo declarativo que rege conjuntivo e não indicativo é o verbo *negar*, que, contrariamente aos restantes verbos declarativos considerados, não indica que o sujeito se comprometa com a verdade da sua oração complemento.

No conjunto dos verbos declarativos, há ainda a considerar o sub-grupo listado em (15d), acima, constituído por verbos associados a um acto de fala compromissivo. A uma primeira análise, podemos dizer que tais verbos, embora estejam também associados a um acto de fala declarativo, indicam não propriamente a crença do sujeito na verdade da oração complemento (visto que esta, sendo projectada no futuro, é tida como não verdadeira), mas mais um compromisso do sujeito com a realização do estado de coisas descrito por tal proposição. Assim, a semântica de tais verbos parece situar-se mais no plano da acção que no plano cognitivo. Contudo, se há a indicação de que o sujeito se responsabiliza pela realização de um estado de coisas, parece legítima a inferência de que tal entidade acredita na verdade futura da proposição que refere tal estado, já que, ao comprometer-se a realizar um facto, compromete-se a tornar verdadeira a proposição que o descreve (mais uma vez, assumida uma teoria de actos de fala). Assim, penso poder-se dizer que também estes verbos expressam a crença do sujeito da frase matriz na verdade da proposição complemento, com a particularidade de essa crença ser projectada no futuro.

Temos assim, como factor comum a todos os verbos não factivos regentes de indicativo a expressão de uma atitude de crença do sujeito da frase matriz na verdade da proposição complemento. Tal informação não é, porém, disponibilizada por qualquer dos verbos não factivos regentes de conjuntivo, ainda que estejam associados a valores do domínio da crença, como é o caso do verbo *duvidar*.

Esta visão parece adequar-se à descrição do comportamento de verbos que admitem ambos os modos na sua oração complemento, tais como:

- (16) *acreditar, admitir, assumir, calcular, certificar, desconfiar, imaginar, julgar, pensar, presumir, prever, supor, suspeitar.*

Para o comportamento destes verbos no que respeita à selecção de modo, parece-me defensável a hipótese, já assumida na literatura, de que a opção pelo indicativo ou pelo conjuntivo está relacionada com o grau de crença veiculado, sendo o indicativo seleccionado quando se expressa um elevado grau de crença do sujeito na verdade da oração complemento e optando-se pelo conjuntivo quando é menor o grau de crença veiculado. Tal perspectiva pode ser fundamentada na observação de frases como as que se seguem:

- (17) a. ?A polícia acredita sinceramente que ele tenha fugido para o estrangeiro.
 b. A polícia acredita sinceramente que ele fugiu para o estrangeiro.
- (18) a. A polícia acredita que ele fugiu para o estrangeiro, aliás tem quase a certeza.
 b. *A polícia acredita que ele tenha fugido para o estrangeiro, aliás tem quase a certeza.
- (19) a. Temos dificuldade em acreditar que ele tenha fugido para o estrangeiro.
 b. ?Temos dificuldade em acreditar que ele fugiu para o estrangeiro.
- (20) a. Custa acreditar que ele saia daqui.
 b. *Custa acreditar que ele sai daqui.
- (21) a. Acredito pouco que ele tenha saído do país.
 b. *Acredito pouco que ele saiu do país.
- (22) a. É impossível acreditar que ele tenha fugido para o estrangeiro.
 b. *É impossível acreditar que ele fugiu para o estrangeiro.

Nas frases (17) e (18), é indicado um elevado grau de crença e a selecção do indicativo é preferível à do conjuntivo, contrariamente ao que se verifica nas restantes frases, em que se indica um reduzido grau de crença.

Para a descrição da selecção de modo pelos verbos não factivos, parece, assim, adequada a hipótese de que o conjuntivo é seleccionado para os casos em que não se pode inferir que a proposição é tida como verdadeira, enquanto o indicativo é seleccionado quando é expressa a crença na verdade da proposição.

Lembremos que, no que respeita aos verbos factivos, o indicativo parece marcar a expressão de uma atitude de conhecimento, estando o conjuntivo associado à expressão de uma outra atitude – no caso, uma atitude avaliativa. Temos assim, num quadro geral, o indicativo a ser seleccionado pelos verbos que expressam as atitudes de **conhecimento** ou de **crença** – atitude epistémicas, num sentido lato do termo, que engloba estes dois valores – , sendo o conjuntivo seleccionado pelos verbos associados à expressão de uma (qualquer) outra atitude. O indicativo surge, assim, como o modo marcado, associado a valores específicos, sendo o conjuntivo o modo complementar. Ou seja, contrariamente ao que tem sido mais ou menos explicitamente assumido na literatura, proponho que não exista uma regra que leve à selecção do conjuntivo, sendo este modo seleccionado quando não ocorre o factor determinante da selecção do indicativo.

Esta hipótese pode ser confirmada pelo comportamento dos verbos em análise quando ocorrem em orações negativas.

3.3. Selecção de modo e negação

Vários autores chamaram a atenção para a interferência do operador de negação frásica na selecção de modo em orações completivas. Essa interferência

manifesta-se apenas nos verbos associados a valores de crença, sendo que a negação altera o grau de crença a que os verbos estão primariamente associados. Assim, seria de esperar que os verbos associados à expressão da ausência de crença passem a seleccionar indicativo em frases negativas, já que em tais frases passa a ser indicado um grau positivo de crença, tal como os verbos associados basicamente à expressão de um valor positivo de crença passem a seleccionar conjuntivo em frases negativas. Essa hipótese parece ser confirmada pelas frases que se seguem:

- (23) a. Ele não duvida (de) que a Ana está em Paris.
b. Ele não acredita que a Ana esteja em Paris.

No entanto, verbos como *acreditar* admitem também o indicativo em orações negativas, como mostra a seguinte frase:

- (24) Ele não acredita que a Ana está em Paris.

É de notar, porém, que a frase (24), contrariamente a (23b), permite inferir que o enunciador tem como verdadeira a oração complemento. Assim, pode defender-se que a presença do indicativo nesta frase se deve ao facto de ser indicada uma atitude de conhecimento, entendido como crença do enunciador. Repare-se que a selecção do indicativo é bloqueada em frases similares se o sujeito da frase matriz coincidir com o enunciador:

- (25) #Eu não acredito que a Ana está em Paris.

Por outro lado, a selecção do indicativo é admitida se o verbo da frase matriz estiver flexionado no pretérito:

- (26) Eu não acreditava / acreditei que a Ana estava em Paris.

Em tais casos, parece-me defensável a hipótese de que são postos em contraste dois estados de crença: aquele que se reporta ao intervalo de tempo de localização da frase matriz e o que se reporta ao intervalo de tempo de enunciação, permitindo a frase inferir que neste último intervalo de tempo existe a crença na verdade da proposição complemento. Em favor desta hipótese, atente-se no facto de a frase (26) poder ser continuada como (27), mas menos naturalmente como (28):

- (27) ..., mas de facto estava.
(28) ... e de facto não estava.

Assim, penso que também em frases como (26) existe a expressão de um estado de crença, o que justifica a selecção do indicativo.

Um outro grupo de verbos em que o factor tempo desempenha aparentemente um papel na selecção de modo em frases negativas é o dos verbos declarativos. Como mostram as frases (29a) e (29b), se o verbo matriz estiver flexionado no presente, o conjuntivo é obrigatoriamente seleccionado, mas a selecção do indicativo não gera agramaticalidade se o verbo matriz flexionar num tempo do pretérito:

- (29) a. Eu não digo que seja / *é urgente.
b. Eu não disse que era / é urgente.

A enunciação de frases como (29b), porém, parece-me só fazer sentido se existir a assunção de que previamente o enunciador se responsabilizou pela aceitação da oração complemento. Isto é, essa oração é, de algum modo, recuperada e, por conseguinte, foge ao escopo da negação. A presença do indicativo em frases como essa justificar-se-ia, assim, pelo facto de ser esse o modo seleccionado pelos verbos declarativos.

Quanto aos verbos que não estão associados a valores epistémicos, seleccionam em frases negativas o mesmo modo que em frases afirmativas:

- (30) a. Ele não quer que a Ana responda a esse anúncio.
b. Ele não lamenta que a Ana tenha reprovado no exame.

Em tais frases, o tipo de atitude veiculado pelo verbo não é alterado pela presença do operador de negação. Assim, na frase (30a) é expressa uma atitude erotética, que não envolve conhecimento ou crença, quer do sujeito quer do enunciador, enquanto na frase seguinte, a verdade da proposição complemento é pressuposta e a atitude expressa é avaliativa, tal como na correspondente frase afirmativa. Dado não existir a expressão da crença ou do conhecimento, é o conjuntivo o modo seleccionado.

Finalmente, há a assinalar o facto de a negação também não alterar a selecção de modo por verbos associados à expressão do conhecimento:

- (31) a. Ele não sabe que a Ana reprovou no exame.
b. Ele não ignora que a Ana reprovou no exame.

Em frases como estas, tal como nas correspondentes afirmativas, a selecção do indicativo deve-se, de acordo com a hipótese aqui defendida, ao facto de ser veiculado um valor epistémico: em ambos os casos é expresso o conhecimento do enunciador, não obstante o facto de na última frase também se poder inferir que o sujeito conhece a verdade da oração complemento.

Podemos, assim, concluir que a selecção do indicativo em frases negativas parece também dever-se ao facto de ser expressa uma atitude epistémica, de crença ou de conhecimento, sendo o conjuntivo seleccionado para os casos em que outra atitude é enunciada.

4. Selecção de modo noutras línguas

A distribuição do indicativo e do conjuntivo em português é semelhante à que se observa em francês, castelhano, catalão e italiano. No entanto, esta associação entre valores epistémicos e selecção do indicativo não parece ser partilhada por outras línguas que também dispõem dos dois modos em causa, tais como o romeno, o húngaro e o grego (moderno). De acordo com os dados disponíveis na literatura referentes a estas línguas, o indicativo é seleccionado por todos os verbos factivos, independentemente de expressarem ou não uma atitude epistémica. Excluída esta diferença, o comportamento dessas línguas no que respeita à selecção de modo é idêntico ao do português.

Para a descrição dos dados dessas línguas, parece adequada a hipótese da (não) veridicalidade, segundo a qual, seleccionam indicativo os verbos que permitem inferir que a sua proposição complemento é tida como verdadeira por alguma entidade. No que respeita ao português, assim como à maioria das restantes línguas românicas, essa é uma condição necessária para a selecção do indicativo, mas não suficiente, já que existe a condição adicional de que essa aceitação seja expressa e não pressuposta, como acontece com os verbos factivos regentes de conjuntivo.

O quadro que seguidamente se apresenta pretende evidenciar os factores responsáveis pela selecção dos dois modos em análise nas várias línguas referidas:

		romeno, húngaro, grego moderno	português, francês castelhano, italiano
+ Verdíco	+ Epistémico (ex.: <i>descobrir,</i> <i>saber, ignorar,</i> <i>pensar, dizer,</i> <i>sonhar, prometer</i>)	INDICATIVO	INDICATIVO
	- Epistémico (ex.: <i>lamentar</i>)		CONJUNTIVO
- Verdíco (ex.: <i>bastar, convir, duvidar, evitar,</i> <i>proibir, permitir, querer</i>)		CONJUNTIVO	

Para facilidade de leitura do quadro, lembremos que um verbo será [+ verídico] se permitir inferir que a sua proposição complemento é tida como verdadeira por alguma entidade (sujeito da frase matriz ou enunciador) e [- verídico] se tal não acontecer. Quanto ao traço [epistémico], os verbos marcados com o valor + relativamente a este traço estão associados à expressão de uma atitude de co-

nhecimento ou de crença, contrariamente aos verbos [- epistémicos], associados à expressão de uma outra atitude, independentemente de desencadearem ou não a pressuposição de que a sua proposição complemento é conhecida.

5. Conclusão

Neste artigo defendeu-se a hipótese de a selecção de modo em orações completivas estar associada ao tipo de atitude expressa pelo verbo da frase matriz. A assunção de tal hipótese permitiu verificar que existe uma relação entre a selecção do indicativo e a expressão das atitudes de conhecimento ou de crença, não estando o conjuntivo associado à marcação de uma ou mais atitudes específicas. Tal visão dos factos parece descrever adequadamente a selecção de modo em orações completivas finitas do português e das restantes línguas românicas ocidentais, quer em frases afirmativas quer em frases negativas. Já para outras línguas, como o romeno, o húngaro e o grego moderno, o indicativo parece marcar apenas o valor de veridicalidade (a aceitação da verdade da proposição por alguma entidade). De facto, em tais línguas, todos os verbos verídicos admitem indicativo na sua oração complemento, independentemente do tipo de atitude a que estão primariamente associados, pelo que estas línguas se distinguem do português e restantes línguas românicas ocidentais no comportamento dos verbos factivos: enquanto nestas seleccionam indicativo os que estão associados à expressão de uma atitude de conhecimento, seleccionando conjuntivo os que se situam num plano extra-epistémico, naquelas seleccionam indicativo todos os verbos factivos, independentemente de o conhecimento da sua proposição complemento ser asserido ou pressuposto, isto é, independentemente de veicularem valores de modalidade epistémica ou avaliativa.

Para uma análise mais completa da selecção de modo em orações completivas de verbo, haveria também a ter em conta outros modos que estão em distribuição complementar com o indicativo ou o conjuntivo, como é o caso do infinitivo. Tal estudo não foi, porém, contemplado no presente trabalho.

BIBLIOGRAFIA

- BYBEE, J. e T. D. TERRELL (1990); "Análisis semántico del modo en español"; Ignacio Bosque (ed.); *Indicativo y subjuntivo*; Taurus Universitaria.
- DIAS, A. E. S. (1876); *Grammatica Portugueza Elementar*; 9ª ed., revista; A. Ferreira Machado & Cª; Lisboa; 1894.
- FARKAS, D. (1992), "On the semantics of subjunctive complements"; P. Hirschbühler e K. Koerner (eds); *Romance Languages and Modern Linguistic Theory*; John Benjamins; p. 71-104.
- FARIA, I. H. (1974); *Conjuntivo e a restrição da frase-mais-alta*; separata do «Boletim de Filologia»; Tomo XXIII; Centro de Estudos Filológicos; Lisboa.
- FONSECA, I. (1970); *Para o Estudo dos valores do Conjuntivo em Português Moderno*; diss. Licenciatura; Coimbra.
- GIANNAKIDOU, A. (1994); "The semantic licencing of NPIs and the Modern Greek subjunctive"; *Language and Cognition* 4, yearbook of the Research Group for Theoretical and Experimental Linguistics; University of Groningen.

- GUILLAUME, G. (1929); *Temps et verbe: Théorie des aspects, des modes et des temps*; La Société de Linguistique de Paris - XXVII; Paris.
- HOOPER, J. B. (1975), "On assertive predicates"; P. Kimball (ed.); *Syntax and Semantics 4*; New York; Academic Press; pp. 91 - 124.
- KARTTUNEN, L. (1971); *The Logic of English Predicate Complement Constructions*; Indiana University Linguistics Club.
- KLEIN, F. (1975), "Pragmatic constraints in distribution: the Spanish subjunctive"; *Papers from the IIth regional meeting; Chicago Linguistic Society*; 353 - 65.
- KLEIN, F. (1990), "Restricciones pragmáticas sobre la distribución del subjuntivo en español"; Ignacio Bosque (ed.); *Indicativo y subjuntivo*; Taurus Universitaria.
- PALMER, F. R. (1986), *Mood and Modality*; Cambridge Textbooks in Linguistics; Cambridge.
- POTTIER, B.; A. Audubert e C. T. Pais (1972); *Estruturas Linguísticas do português*; Difusão europeia do livro; São Paulo.